



# Ministério de Minas e Energia

## Comitê de Governança do MME

---

### SINOPSE DE MEMÓRIA DE REUNIÃO

**Data:** 1 de dezembro de 2021

**Horário:** 16h30

**Local:** Videoconferência

**Participantes:**

#### 1. ABERTURA

A reunião foi aberta pelo Secretário-Executivo Adjunto do Ministério de Minas e Energia (MME), o qual destacou o histórico de realização das reuniões anteriores e deu início aos trabalhos.

#### 2. PAUTA DA REUNIÃO

Os itens constantes da pauta são os seguintes:

##### 1. Assuntos Informativos:

1.1. Relato da interação periódica (reuniões operacionais) com as áreas para o acompanhamento e atualizações necessárias – AEGE/SE;

1.2. Projetos Prioritários: situação atual; principais avanços e dificuldades; entregas até o final de 2021; e programação para 2022 - Apresentações de cada Secretaria finalística;

1.3. Gestão de Riscos Institucionais: Apresentações de cada Secretaria finalística (sugestão de roteiro no anexo);

1.4. Governança Digital: ações em andamento – SPOA/SE;

1.5. Questionário IGG – Acórdão 2164/2021-TCU Plenário: análise dos dados consolidados pelo TCU, para identificação de pontos que merecem melhorias– AEGE/SE (iniciar trabalhos junto às áreas do MME);

1.6. Supervisão Ministerial dos entes vinculados: AEGE/SE; e

1.7. Integridade: informações sobre ações em andamento – AEGE/SE.

## **2. Assuntos Deliberativos:**

2.1. Memória da reunião anterior – (AEGE/SE – breve síntese);

2.2. Atualizações e ajustes - Inclusão e exclusão de projetos e indicadores - Apresentações de cada Secretaria finalística; e

2.3. Proposições de atos normativos: orientação às áreas para instruir esses temas com conteúdos que indiquem o alinhamento com o planejamento estratégico (dimensões e objetivos estratégicos; matriz de risco; e avaliação de impacto regulatório, quando requerida) – Palavra do Secretário-Executivo Adjunto.

## **3. APRESENTAÇÃO DOS PONTOS DA PAUTA**

### **3.1 Memória Anterior e Planejamento Estratégico**

O Chefe da Assessoria Especial em Gestão Estratégica - AEGE informou os encaminhamentos da 4ª reunião, tais como - (i) encaminhar os riscos institucionais; (ii) atualizações dos pontos focais em gestão de riscos; (iii) encaminhamento das planilhas de gestão de riscos atualizadas; e (iv) atualizações das informações sobre planejamento estratégico e contribuições sobre o Selo de Integridade -foram atendidos pelas Secretarias finalísticas.

Continuando, sobre o item da pauta Planejamento Estratégico, o Chefe da AEGE informou que foram realizadas ao longo do ano as reuniões de avaliação operacional - RAO, ocasião que foram atualizados os pontos que envolvem cada Secretaria e que ainda em 2021 teremos as últimas reuniões de avaliação com cada secretaria, ocasião que poder-se à incluir ou excluir informações, conforme surjam novas definições na presente reunião do Comitê de Governança deliberar.

O Chefe da AEGE solicitou que a ferramenta de Planejamento Estratégico (STRATEC) seja observada e atualizada pelos setores. Destacou: o LPT, Mais Luz para Amazônia e a expansão da transmissão. Ainda, informou aos presentes que está agendada para a segunda quinzena do mês de dezembro, reunião do Ministro com os Presidentes das empresas vinculadas, que contará com todos os Secretários, para apresentação dos projetos do MME. Trata-se de demanda importante.

Finalmente, destacou para os presentes, a necessidade de registro quando da Concepção de Políticas Públicas normativas setoriais aos respectivos objetivos estratégicos do planejamento estratégico, bem como à gestão de riscos institucionais e sistêmicos, quando couber.

### **3.2 Projetos Prioritários e Gestão de Riscos**

#### **SGM**

O Secretário de Geologia e Mineração e Transformação Mineral informou que o setor mineral está orientado pelo Programa Mineração e Desenvolvimento PMD 2020-2023 que, por sua vez, possui um conjunto de planos e metas bastante amplo e contemplou os temas estratégicos definidos.

Foi feita explanação sobre os 15 projetos prioritários, entre eles: Atualização da agenda de cavidades; Atualização do Regulamento do Código de Mineração; Sistema de Planejamento do Setor Mineral; PNM 2050; Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Mineração Artesanal e em Pequena Escala; Permissão de Lavra Garimpeira; Faixa de Fronteira; Rede de Financiamento da Mineração “Capital Sustentável da Mineração”; Inovação e Sustentabilidade do Setor Mineral; Objetivo de Desenvolvimento Sustentável ODSs/Mineração Sustentável; Mineração em Terra Indígena; Observatório Nacional da Mineração; Áreas da ANM em disponibilidade; Remineralizadores e ativos da CPRM.

O Secretário-Executivo Adjunto solicitou que cada Secretaria prepare a visão temporal de cada projeto, a política ou ação, o responsável e o prazo. SE deverá elaborar um template.

O Chefe da AEGE informou que a SGM promoveu mudanças estruturais. Foi publicada Portaria com a definição de um único objetivo estratégico. Esse objetivo ordena os projetos prioritários. Com essa aprovação, o Stratec será revisado com números, prazos e instrumentação.

O Secretário de Geologia e Mineração e Transformação Mineral complementou informando que o PMD tem os temas estratégicos em 10 planos. Os 15 projetos prioritários estão inseridos em um ou mais planos.

#### **SEE**

O Secretário Adjunto de Energia Elétrica informou que o MME possui um único objetivo estratégico, que é o da Segurança Energética. No que se refere a expansão da geração, em 2021, a meta foi superada em relação à estabelecida tendo em vista a expansão no mercado livre e a geração distribuída.

Sobre a transmissão, informou que o MME atingiu em torno de 90% da meta.

Sobre o LPT e MLA foram celebrados contratos. A pandemia impactou muito o atingimento das metas, justificando o motivo da meta não ter sido cumprida.

Sobre os projetos prioritários, os leilões estão sendo realizados. Cada um com a sua particularidade.

A Linha Manaus-Boa Vista teve sua licença de instalação emitida. Estão sendo promovidas ações para resolver as questões judiciais que surgiram e as tratativas para o início das obras.

Sobre o tema de riscos, o Secretário apresentou dados sobre a parte hídrica, realçando melhoria na situação dos reservatórios, com a chuvas e as medidas tomadas.

No que se refere a segurança do atendimento energético, a posição é de que não existe a previsão de racionamento. A projeção para 2022 até abril, é que os reservatórios estariam em melhor situação. Releva destacar que as ações são monitoradas semanalmente.

O Chefe da AEGE destacou que o PE precisa de atualização na nomenclatura da SEE.

## SPE

O Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético destacou também o objetivo “segurança energética”, no viés do planejador.

O Stratec possui os indicadores que foram atualizados. São eles: índice de sucesso nos leilões de transmissão; proporção de renováveis na matriz energética e intensidade de consumo final em relação ao PIB.

Com relação aos projetos prioritários, o Secretário destacou o Leilão de Energia Nova e de Leilão de Transmissão. O leilão de Energia Nova contratou 861 MW de potência, em 40 empreendimentos. Para atender o período de escassez hídrica, foi realizado o Leilão de procedimento simplificado. Foram contratados 1220 MW de potência, termelétrico (gás natural), solar e biomassa. A próxima entrega será o Leilão de Transmissão, cerca de 902 km de LT a ser realizado em dezembro. Em destaque o Lote que beneficiará o Estado de Amapá. Ainda, foi informado que será realizado o Leilão de Reserva de Capacidade, energia e potência, prazo de suprimento de 15 anos.

Com relação ao tema de riscos, destacou o único mapeado que é a ineficácia dos estudos, de planejamento. Sobre isso, pontua que O PDE 2031 será publicado em março de 2022, em função: (i) da necessidade de revisão da carga; (ii) revisão da geração distribuída, em virtude de projeto de lei que foi aprovado; e (iii)

entrada da MP da Eletrobras, com os 8 GW de termelétrica e a contratação de PCH.

Sobre usinas eólicas Offshore, a SPE trabalha para o normativo sair em dezembro de 2021.

O Secretário de Planejamento e Desenvolvimento Energético deu destaque à reunião que ocorrerá em dezembro de 2021, com os Ministros do Mercosul, ocasião em que assinarão carta apoiando a integração energética entre os países.

## SPG

O Secretário Adjunto de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis destacou os temas prioritários alinhados ao Planejamento Estratégico e explanou de forma detalhada a sua descrição: 17º Rodada de Concessão de P&G; Excedente da Cessão Onerosa – Atapu e Sépia; Mesas REATE com os estados produtores; PROMAR – Revitalização Áreas Offshore; Novo Mercado de Gás; Abastece Brasil; Desinvestimento da Petrobras; e RenovaBio.

Sobre o item de pauta, gestão de riscos, o Secretário de Petróleo apresentou o mapeamento de riscos ao passo em que destacou os fatores de riscos associados a cada um deles, destacando, entre outros a exposição ao preço dos combustíveis, em função do aumento das commodities e do dólar. Destacou as deliberações do CNPE sobre o teor da mistura de combustíveis.

### **3.3 Governança Digital e IGG**

Com a palavra, o Subsecretário de Planejamento e Orçamento e Administração – SPOA, informou sobre o Novo Comitê de Governança Digital, no que concerne à sua composição e temas que, caso constatados, de maior envergadura, serão submetidos ao Comitê de Governança do MME.

Sobre o assunto Segurança da Informação, informou que será tratado em outro normativo.

Continuando, o Secretário-Executivo Adjunto passou para o tema seguinte da pauta: questionário IGG. Informou que se trata de questionário aplicado pelo Tribunal de Contas da União – TCU. O mencionado questionário tratou de atribuições de alguns setores, solicitando apresentação pela AEGE das considerações sobre a avaliação que o TCU promoveu no que diz respeito às respostas do MME.

Com a palavra, o Chefe da AEGE informou que a avaliação sobre o MME foi boa. Apresentou dados que refletem o índice de governança pública, envolvendo os temas: Liderança; Estratégia e Controle. Neste quesito, em relação ao quadro geral, o MME ficou bem pontuado, com a classificação próxima da faixa aprimorada.

Ainda, no que diz respeito ao aspecto da liderança, o MME encontrou-se com a classificação bem próxima da faixa aprimorada. Neste quesito, destacou o gap sobre questão da integridade, uma vez que estávamos aprimorando essa dimensão.

No que diz respeito à Estratégia. Esse item basicamente trata do Stratec, e das reuniões de avaliação ordinárias. O MME está bem posicionado. No entanto, o item 2142 indicou sugestão de aprimoramento das políticas públicas. Com relação a esse gap, o Secretário-Executivo Adjunto destacou a importância da Análise de Impacto Regulatório, em curso, para aperfeiçoar a presente questão.

Com relação à Transparência, o MME ficou bem posicionado, na faixa completa da classificação aprimorada.

Na sequência, o chefe da AEGE apresentou alguns destaques do relatório individual elaborado pelo TCU, relacionados à parte de Pessoal – Informática – Contratos - Orçamento. Sobre esse último item, o SPOA destacou que o MME tem duas questões que chamam atenção: (i) o orçamento; e (ii) a parte de pessoal. A parte de informática e contratos estão bem, mas o assunto proteção de dados, carece de aperfeiçoamento.

Sobre a questão de orçamento informou que o MME há um gap relevante. Por outro lado, reforçou que o MME tem uma característica própria, ele não executa política pública, o MME elabora a política pública. Assim, ao levar essa expectativa para o cômputo da análise final, a instituição fica exposta pelo fato de o MME não dispor de orçamento para execução das políticas.

Com a palavra o Chefe da Assessoria de Controle Interno, reforçou, como já mencionado, que o MME está com o índice “bom” na capacidade em promover a transparência e inclusive como referência para os demais Ministérios. Ainda, destacou o gap na “Capacidade em garantir a accountability” uma vez que na dimensão do canal de denúncias, dever-se à aprimorar para que seja mais divulgado, inclusive para o cidadão, para o servidor ou para colaborador. Ainda sobre esse indicador, com relação a dispor de mecanismos para apurar indícios de irregularidades e promover a responsabilização em caso de comprovação, o MME e

CGU têm conversado para procurar melhorias. A apuração de irregularidade se dá com o procedimento de criar um grupo *ad hoc* para, pontualmente, apurar aquele fato e apresentar os resultados.

Sobre a “Capacidade em monitorar a satisfação dos usuários”, a ouvidoria geralmente tem o contato com as áreas finalísticas, mas pode ser melhorada a articulação. Sobre a “Capacidade em assegurar a efetividade da auditoria interna” destacou que tal auditoria é feita pela CGU. Em realidade, a instância superior de governança da organização participa somente da elaboração do Plano Anual de Auditoria Interna.

Finalmente, o Assessor da AEGE, a pedido do Secretário-Executivo Adjunto, ponderou que o questionário do TCU foi concebido para abarcar um conjunto extenso e vasto de órgãos e organizações. É um mapeamento visando um diagnóstico, mas que envolve distintas organizações, requerendo, portanto, maior generalidade na abordagem. Entre outras, destaca que o MME é diferente em vários aspectos, como: (i) não é executor de políticas e sim formulador; (ii) tem pouquíssimos contratos – basicamente os que envolvem serviços básicos (água, energia elétrica, telefonia etc); e (iii) reduzida capacidade para a gestão orçamentária. Portanto, o gap é mais realçado quando da comparação com outros Ministérios.

Ao final, o Secretário-Executivo Adjunto solicita que seja realizada avaliação, bem como proposição de ações para o aperfeiçoamento, considerando, inclusive oportunidade para levar tais entendimentos ao órgão de controle. Solicitou ainda a avaliação que as agências e empresas vinculadas tiveram sobre os seus respectivos resultados nos questionários.

### **3.4 Supervisão Ministerial dos Entes Vinculados**

Sobre esse item da pauta, o Chefe da AEGE informou que a sugestão é de elaborar um normativo com diretrizes para as secretarias quanto à execução das políticas públicas. E que a AEGE elabore a abordagem dos temas de governança (Conselhos, Planejamento Estratégico, Metas, Indicadores) em parceria com as Secretarias Finalísticas.

Entre outras, destacou os seguintes pontos para o normativo:

- Estabelecer Sistemática/procedimentos de acompanhamento da implementação das políticas e planos setoriais por parte das organizações vinculadas;

- Estabelecer sistemática para acompanhamento e monitoramento do desempenho dos Conselheiros de Administração nas posições indicadas pelo MME;
- Acompanhar e monitorar o “mapa de relacionamento/articulação” com as organizações vinculadas afins acerca dos assuntos relativos à implementação das políticas públicas setoriais.
- Estabelecer sistemática para acompanhamento da exposição anual, pelas vinculadas, dos respectivos relatórios de administração, para a SE – AEGE e SPOA, Secretarias afins e Assessoria Econômica.

### **3.5 Selo de Integridade**

O Chefe da AEGE, fazendo referência ao IGG-TCU, sobre o Indicador: 1120 – “Capacidade em promover a integridade” – informou um conjunto amplo de ações, entre outras:

- Site do MME calendário de atualização desses riscos de integridade;
- Guia de Gestão de Riscos à Integridade;
- Atualização de Riscos à Integridade;
- Guia de Prevenção de Conflito de Interesses e Nepotismo (em fase de conclusão);
- Dez/2021–Mapeamento de Nepotismo-Conflito de Interesses e Acumulação de cargos;
- Campanha de Integridade;
- Matéria no MME Informa;
- Clippings;
- Questionário de Percepção de Integridade perante os servidores do MME; e
- Selo de Integridade (recebidas contribuições das áreas – texto consolidado – em revisão para apresentação ao Comitê de Governança).



#### 4. DELIBERAÇÃO DOS ASSUNTOS

Item - Planejamento Estratégico e Projetos Prioritários: Atualizações, inclusões e exclusões.

- Foram validadas todas as propostas apresentadas pelas Secretarias de indicadores, projetos e temas prioritários e estratégicos, e as informações do Planejamento Estratégico.

Item - Proposição de ato normativo:

- O MME deverá elaborar Portaria que elencará as políticas públicas, de modo que as vinculadas possam colocar em seus relatórios de políticas públicas. Prazo para elaboração: até fevereiro de 2022. Secretarias devem indicar os pontos focais: até 31/12/2021.

Item - Comitê de Governança Digital. Aprovada a versão apresentada pela SPOA.

Item - Selo de Integridade.

- O Regulamento e as ações (Matéria no MME Informa; Clippings; Questionário de Percepção de Integridade perante aos servidores do MME). Essas tópicas serão apresentados até fevereiro de 2022, previamente à reunião do CIG que deverá ocorrer em março.

#### 5. ENCAMINHAMENTOS:

AEGE elaborar proposta de regulamento que associe as políticas públicas do MME perante aos entes vinculados.

Secretarias devem apresentar a visão temporal de cada projeto, a política ou ação, o responsável e o prazo.

SEE avaliar com a AEGE a nomenclatura no *Stratec*.

SE encaminhar para as áreas o *template*.

SE e AEGE estudar as questões colocadas pelo Chefe da AECI sobre o IGG.

SE solicitar às Agências e Vinculadas a avaliação que eles tiveram de seus questionários IGG do TCU.

Secretarias indicar ponto de contato para a questão da supervisão ministerial.